



ISSN: 2230-9926

Available online at <http://www.journalijdr.com>

IJDR

International Journal of Development Research

Vol. 12, Issue, 07, pp. 57547-57553, July, 2022

<https://doi.org/10.37118/ijdr.24968.07.2022>



RESEARCH ARTICLE

OPEN ACCESS

AS TEORIAS DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS E A ASSIMETRIA DE PODER NO CONTEXTO DO BRASIL

Raphael de Almeida Leitão^{1*}, Marcos Vinícius Bentes², Dra. Ana Maria Garcia Moura³,
Dr. Carlos Cesar de Castro Deonísio⁴ and Dr. Murillo de Oliveira Dias⁵

^{1,2,3,4} Universidade da Força Aérea, PPGCA-UNIFA, Brasil

⁵Fundação Getúlio Vargas. Praia de Botafogo, 190 - Botafogo, Rio de Janeiro, Brasil

ARTICLE INFO

Article History:

Received 10th April, 2022

Received in revised form

19th May, 2022

Accepted 27th June, 2022

Published online 28th July, 2022

Key Words:

Teoria das Relações Internacionais,
Soberania, Política, poder.

*Corresponding author:

Raphael de Almeida Leitão

ABSTRACT

Para que países adotem uma postura conveniente aos seus interesses nas diversas relações de poder que os impõe a realidade geopolítica do Sistema Internacional, é necessário que possuam uma visão holística das Relações Internacionais e reconheçam a sua importância na política de poder, ainda que haja uma assimetria de poder econômico e militar nas relações entre os atores estatais. Por meio de uma revisão de literatura, este artigo investigou a evolução epistemológica das teorias, buscando evidências de como os fundamentos teóricos podem influenciar nas decisões de países em ascensão política e econômica como é o caso do Brasil. Os resultados mostraram como as teorias são relevantes para ajudar a compreender a postura das nações diante da assimetria de poder. O reconhecimento mútuo do poder soberano pode ocorrer em tese, mas a projeção de poder econômico e militar continua gerando assimetrias. A pesquisa é útil a acadêmicos e profissionais envolvidos em política, sociologia, estratégia, defesa e pesquisadores em geral. Recomendações para estudos futuros complementam este trabalho.

Copyright © 2022, Raphael de Almeida Leitão et al. This is an open access article distributed under the Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.

Citation: Raphael de Almeida Leitão, Marcos Vinícius Bentes, Dra. Ana Maria Garcia Moura et al. "As teorias de relações internacionais e a assimetria de poder no contexto do Brasil", *International Journal of Development Research*, 12, (07), 57547-57553.

INTRODUCTION

O objetivo deste artigo é apresentar de forma sucinta as teorias das Relações Internacionais (RI) e sua influência sobre as nações e, mais especificamente entre o Brasil e outros países, em cada época. A partir de uma análise dos atores internacionais, procurou-se investigar se o reconhecimento mútuo da soberania se relaciona ou não, a uma projeção de poder econômico e militar simétrica. Sobretudo, buscou-se evidências sobre como o Brasil, em plena ascensão política e econômica tem sido influenciado pelos fundamentos teóricos das RI. A busca pelo poder e a consequência do seu reconhecimento impactam o desenvolvimento e mesmo a existência das nações. A sobrevivência de algumas delas no Sistema Internacional (SI) despertou interesses e alianças das mais diversas. Das relações amistosas, países e organismos internacionais apropriaram-se das teorias que lhes permitiram alargar horizontes na busca de seus desejos de ser e ter mais. A percepção de simples indivíduos, em cada época, para unir interesses similares em clãs, nas tribos e na sociedade em geral fez eclodir conflitos, guerras e um emaranhado de leis e tratados para que, de alguma forma, fosse possível a existência plural de nações. No centro de tudo isso, a prevalência de interesses exigiu a imposição de vontades e alguma lógica na disputa de poder.

Aspectos metodológicos e limitações da pesquisa: Este artigo é fruto de uma pesquisa exploratória e descritiva, baseada em revisão bibliográfica das Relações Internacionais. À luz das teorias das Relações Internacionais no curso da história, o trabalho abordará conceitos e algumas interpretações. Em seguida, ao passo em que se sucedem as abordagens, será evidenciado o foco do tema no sentido do reconhecimento da assimetria de poder entre os Estados. O assunto possui como nicho de interesse a área de geopolítica, ciências sociais, militares e de estratégia. Literaturas afins, desenvolvimento do tema e discussão serão apresentadas nas próximas seções.

Marco teórico sobre as relações internacionais: As crescentes novidades na política internacional e na relação entre Estados têm trazido provocações interessantes das Teorias das Relações Internacionais. Neste escopo, embora haja um reduzido tempo desde o nascimento das primeiras teorias, as ações norteadoras e lições aprendidas de choques de interesses têm despertado, desde sempre, os teóricos consagrados nessa temática, especialmente nas academias americana e europeia, embasados no arcabouço epistemológico de referenciais teóricos, tradicionais do campo das RI. Ainda, autores mais recentes, abordam o tema de forma a trazer à tona as principais características das teorias que possuem influência na relação entre Estados, e fazem um paralelo com o caso do Brasil, país em plena

ascensão econômica e disposto a se relacionar com agentes extra-regionais, mantendo-se hegemônico nos eixos econômico e militar na América do Sul. Isto posto, a assimetria de poder é ponto central sobre como as Nações tem se diferenciado nos aspectos econômico e militar, principalmente o Brasil, haja vista sua posição diplomática de alianças na América do Sul e mais recentemente nos assuntos conectados a interesses de nações que ocupam “centro de poder” mundial.

Fundamentos das relações internacionais ao longo da história: O Sistema Internacional é, segundo Goldstein & Pevehouse (2014), o conjunto de relações entre os estados, estruturado de acordo com certas regras e padrões de interações entre estes. Importa enfatizar, neste contexto, que ele tem, em suas raízes, algo consuetudinário, onde quem tem o poder econômico acaba por se fortalecer, temendo perder o que conquistou. Ao longo do curso da história, diversas foram as teorias que embasaram a tomada de decisão por parte dos Estados, e de modos diversos deram o tom de como a soberania constituída passava por uma ascensão militar e econômica. Assim, as diferenças de envergadura política entre as nações penderam a balança de poder para aqueles que souberam impor seus interesses em ambientes nem sempre diplomáticos. Cada época deixou um legado, o qual passamos a investigar os aspectos principais sobre como a relação entre esses atores ocorreu.

Do Peloponeso à Paz de Westfália: A Guerra do Peloponeso (431 a.C. a 404 a.C.) entre Atenas e Esparta, narrada por Tucídides¹, é um registro reconhecido de que a projeção de poder foi algo buscado e influenciado pelas potências, seja quando houvesse interesses pelo poder ou por recursos, ou mesmo quando a guerra se mostrava uma solução aceita para se manterem hegemônicos. Assim, Tucídides deixou ao mundo uma lição no campo das RI, quando analisou o crescimento de uma potência em termos econômicos e militares. Uma vez que o destaque de uma nação “causa insegurança aos seus vizinhos e especialmente às grandes potências, que se sentem ameaçadas pelo crescente poder de uma potência em ascensão” (Sarfati, 2011, p. 66), os choques de diálogo podem ocasionar resultados um tanto quanto preocupantes que desejam avançar em suas agendas de ganhar cada vez mais espaço no cenário internacional. Assim, foi possível observar diversas lições desse momento histórico, como: as guerras, a importância do comércio na relação entre atores estatais, as negociações e as alianças. Ainda trouxe a questão da tecnologia e do desenvolvimento dos países como fator de destaque. Importa dizer que o fato de o Estado ser soberano não é uma condição permanente se a projeção do seu poder é ameaçada por quem demonstra ter mais capacidade ainda. A busca pelo equilíbrio tira os “ameaçados” da sua “zona de conforto” para alcançar um estado de paz almejada. Esta condição é perseguida através de reconhecimento nas áreas econômica e militar, a fim de balancear o poder. No evento narrado por Tucídides, Atenas mostra que parte significativa da política internacional é ditada pelas ambições dos mais poderosos. Quem não possui essa força deve ter ciência dos riscos de uma “insubordinação” perante quem o tem. Tucídides traz com o Diálogo de Meliano uma Atenas preocupada em exercer sua força, quando Melos estimava diplomacia e neutralidade. Dessa forma, percebe-se que as estratégias invariavelmente serão derrotadas diante de uma potência disposta a exercitar o seu poder. Quando Esparta, na visão de Atenas, não se arriscaria a desperdiçar recursos em um confronto que não era estratégico naquele momento (Sarfati, 2011), esta viu tal fato como uma oportunidade. E foi assim que Melos se dobrou à vontade de Atenas. O momento histórico que seguiu após a Grécia Antiga, quando viveu Tucídides, foi o do Império Romano, que absorveu grande parte da cultura helênica e cunhou a maneira eurocêntrica de agir e pensar. Este grande Império dominou grande parte do mundo e difundiu sua religião oficial, a católica. Assim, a Igreja, administrada pelo Papa, se tornou tão poderosa, num papel de orientador de governantes e autoridades, além de detentora de grandes bens que, mesmo após a queda do império e a

ascensão de diversos reinados, manteve-se como mediadora nas relações entre nações. Alguns elementos simbólicos de autoridade tornaram-se marcantes como a legitimidade dos reinados, que dependia de uma cerimônia formal e sem a qual não havia o reconhecimento do soberano pelos seus súditos, muito menos por outros soberanos (Kritsch, 2002).

Sarfati (2011) descreve a mudança do SI à época, o aproximando da atualidade. Em 1648, ao findar a Guerra dos 30 anos, a Paz de Westfália trouxe novos princípios que ditavam a soberania dos povos em sua jurisdição territorial e a negativa de intervenções em assuntos domésticos. Neste contexto, a soberania daria um pé inicial no novo modelo de relações entre os Estados, exigindo uma postura de seus entes e uma estrutura capaz de manter a ordem, ainda que nem sempre fosse bem-sucedida, mas norteada por princípios diversos e desafiadores. Os rumos das Relações Internacionais, mesmo de forma não estudada e bem definida do ponto de vista acadêmico, teriam um marco relevante a ser explorado e analisado. Uma vez acordada a não intervenção nos assuntos internos de outros países, naquela ocasião, a carnificina da guerra exigiu um passo atrás dos atores em uma tentativa de se afastar do caos social e econômico. Como antes de 1648 não havia Estados como se conhece no atual *zeitgeist*, não se pode aplicar nenhuma teoria de Relações Internacionais para explicar os eventos e fenômenos internacionais anteriores à 1648. Assim, mesmo que se possa extrair excelentes lições da Grécia antiga para compreender as relações internacionais contemporâneas inerentes ao Realismo de Tucídides, o marco de estudo acadêmico para as RI, inicia com a Paz de Westfália, permitindo separar assuntos internos de um país do que seria a sua relação com os demais países do mundo (Sarfati, 2011).

Em tempos de Realismo Clássico, a evidência de força ou o receio do enfrentamento seriam soluções capazes de manter uma ordem entre os Estados. O “Leviatã” de Hobbes (1651) apontava uma certa possibilidade de paz entre os homens, a modelar a relação de interesses em um harmônico modelo de sociedade que evitasse um conflito universal. Clausewitz (1830) articula as estratégias de guerra que até hoje tem sua importância na condução de Exércitos. Tratados, convenções, hábitos e leis entre os países entram em uma outra lógica com a subjetividade no acatamento do que somente convém aos Estados, assim tais postulados não são levados a cabo e, conseqüentemente ignorados serão, quando prejudicarem os interesses vitais deles. A moralidade das obrigações internacionais torna-se vã preocupação e os consequentes vínculos de obrigação moral não permeiam os acordos internacionais celebrados entre Estados independentes (Jackson & Sorensen, 2018). A soberania dos Estados, no entanto, dependeria de suas limitações militares e econômicas nessa arapuca de interesses. Como cita Sarfati (2011, p. 49), “a percepção de incompatibilidade de objetivos é a base para a existência de um conflito (que pode ou não eventualmente levar a uma guerra).” É nesse contexto que Maquiavel (1513), defensor de que a única responsabilidade fundamental dos estadistas é promover e defender o interesse nacional, o autor buscava entender o *modus operandi* das relações entre os Estados sob a ótica do príncipe, que garantia a segurança dos Estados. Sua motivação começava por entender a natureza como eminentemente desordenada, possibilitando o alinhamento de duas forças presentes na sociedade, onde as pessoas não querem ser dominadas e oprimidas pelas grandes, assim como os grandes querem apenas dominar e oprimir (Jackson & Sorensen, 2018; Sarfati, 2011). A política é um instrumento de dominação, a busca incessante em conduzir regras que beneficiem privilégios somente é possível quando a oposição de esforços é uma clara ferramenta de autopromoção para o poder. Não há razão para se crer que a simetria no exercício da soberania seja comum quando a projeção de vontades ocorre aceleradamente em detrimento de espaço e força.

O Realismo traz a essência do pensamento de “Tucídides, Maquiavel, Hobbes e todos os realistas clássicos [os quais] acreditam que a aquisição e a posse de poder, assim como seu emprego e os usos, são uma preocupação central da atividade política” (Jackson & Sorensen, 2018, p. 60). Bobbio (1985) aponta traços importantes da teoria

¹ Tucídides narra a história da Guerra do Peloponeso, ocasião em que ocorreu o conflito entre Atenas e Esparta de 431 a.C. a 404 a.C. O conflito trouxe diversos elementos das relações internacionais modernas.

realista do poder político, a qual apresenta-se como forma de poder distinta de qualquer outra e que se constitui através da elaboração do conceito de soberania ou *summa potestas*. O autor traz uma importante contribuição acerca do que a sociedade medieval buscou entender como importantes instituições que modelaram os povos, o Estado e a Igreja. Enquanto o Estado possuía o direito e o poder exclusivo de exercer a força física sobre um determinado território e com respeito aos seus habitantes, era prerrogativa da Igreja o direito e o poder de ensinar a verdadeira religião e os preceitos da moral. Além disso, salvaguardar a doutrina dos erros, dirigir as consciências para o alcance dos bens espirituais, acima de tudo a salvação da alma. Afirma, ainda, que o poder político vai, assim, identificando com o exercício da força e obtém os efeitos desejados de se servir da força. Seja como for, é perceptível que havia uma condução dos povos para uma percepção de equilíbrio, ainda que houvesse as divergentes posturas e capacidades dentre os atores mais fortes na busca pelo poder. Mas de fato, o posicionamento desses demonstrou mais que isso, passou a exata noção de que o direito internacional seria ditado pelos interesses dos países, especialmente os que política e militarmente fossem dotados de maiores capacidades.

Da soberania territorial à Guerra Fria: Diversas foram as lições apresentadas no curso dos acontecimentos desde que os Estados passaram a vigorar uma política com perfil jurídico que fosse ao encontro de uma soberania com maior solidez. Ainda assim, o SI reafirmava a necessidade de buscar soluções para uma época que ainda respirava as dificuldades de diálogo e diversos entraves para os entes estatais. O surgimento do Idealismo Clássico, trouxe um modelo que enfatizava a importância do direito internacional, a moralidade e a consequente organização internacional, em vez de apenas o poder, como influências-chave nas Relações Internacionais, como reverberava as fontes do Realismo (Goldstein & Pevehouse, 2014). Ao passo que os rumos da história evidenciassem diversos choques de interesses entre os principais atores, a Grande Guerra veio rebalancear o poderio militar e rearranjar os rumos do mundo. Deu-se início, de fato, as vias acadêmicas nas Relações Internacionais, a fim de dimensionar o conhecimento numa proa confiável para entender os mecanismos de poder entre os Estados. O fracasso da Liga das Nações marcou a não efetividade de uma agenda de submissão à arbitragem do Direito Internacional. O sistema viu cair sob os Catorze Pontos de Woodrow Wilson uma outra realidade, a onda de ultranacionalismo que predominou em países Europeus e culminou em guerras mundiais. Vários teóricos passaram a se debruçar para dirimir e analisar o comportamento de atores domésticos que influenciaram ou se deixaram influenciados pelos atores internacionais. Além disso, buscaram investigar como a soberania seria uma realidade vigente em meio à corrida pelo fortalecimento armamentista e o tensionamento do poder entre os atores. O Realismo Moderno, em sua diretriz de busca pelo poder, motivaria novamente a visão do Estado como o ator fundamental e o colocaria em um patamar onde a cooperação somente ocorreria no balanço de poder. Dada a contemporaneidade da época, a necessidade de se balancear o poder entre as nações não deixou de ser alvo para os agentes estatais. No entanto, há de se concordar que as concepções de forças antagônicas, bem como a dos mecanismos jurídicos e internacionais que corroborassem para impor a vontade de um Estado sobre outro, perderam força diante do neorealismo e sua visão anárquica do SI. Ainda que lhe fosse garantida a premissa de ser proprietário de si, a assimetria de projeção de poder rondava em torno das relações, sobretudo quando há uma diferença de forças dissonantes entre esses atores na disputa por riqueza e reconhecimento. Com Morgenthau² (2003), percebe-se que não seria imprudente afirmar que a moralidade de valores da época era subjugada pelos interesses do Estado, os quais, acima de tudo, buscavam o equilíbrio de poder entre as nações, um anseio perene em todas as sociedades pluralistas. Paulatinamente, o mundo viu sobressair a potência americana que, acelerou suas capacidades bélicas. Sotoriva *et al.* (2021) assevera que, terminada a Segunda Guerra Mundial, os EUA atingiram o patamar que

imaginaram, em uma situação relativamente confortável em termos de defesa. Detentores da bomba atômica, largaram na frente dissuasória para impor seus interesses ao mundo e pela capacidade nuclear para gerar temor aos possíveis agressores [do país ou de seus aliados] com uma rápida e certa retaliação nuclear. O autor afirma, ainda, que os soviéticos, apesar de serem vistos como uma ameaça, não possuíam armamento nuclear e não tinham um bombardeiro transoceânico para alcançar o continente americano naquele momento. Nesse contexto, dois eminentes conceitos do Neorealismo e do Idealismo continuaram a influenciar as RI, sendo estes, o paradoxo do Estado forte e os instrumentos (econômicos e institucionais) dos atores transnacionais, respectivamente.

Edward H. Carr³ (1981) e seus postulados reafirmaram as capacidades dos Estados em relação à da Liga das Nações, evidenciando, também, a perspectiva de a economia estar subordinada ao poderio militar, em um contexto *delowe high politics*. Destarte, ficava consolidada a relevância da capacidade militar dos Estados, em especial, quando se entendia que, no âmbito das RI, o último recurso a ser manipulado em um cenário de crise seria a guerra. Por outra ótica, tem-se que o Neoliberalismo desenvolveu a concepção de interdependência entre diversos atores estatais, como as redes transgovernamentais e transnacionais, no ensino das resoluções de problemas comuns a serem vividos pelos Estados. Por essa razão, a agenda estatal passou a estar focada em temas que deixavam de lado o poder coercitivo (força militar) dos governos. Sendo assim, elementos que transcendiam as fronteiras dos territórios nacionais foram surgindo e tornando-se capazes de influenciar determinadas funções, como as Organizações Não Governamentais (ONGs) ou outras instituições dessa natureza (Sarfati, 2011). Assumindo o pressuposto de que países influentes no âmbito da geopolítica almejam o desenvolvimento militar como forma de marcar seu posicionamento no SI, a Base Industrial de Defesa (BID) de uma nação tem relevância significativa sobre como esta se enquadra na relação com seus pares. Nessa proposta, o Brasil vem se superando para continuar sendo o Estado mais importante da América Latina, ao exercer uma maior expectativa no desenvolvimento de sua BID.

Moraes (2012) aponta como auge das exportações de armamentos brasileiros e elevado desenvolvimento da indústria de defesa no Brasil, o período que inicia na metade dos anos 1970 e se prolonga até o início dos anos 1990. Tal período, segundo o autor, ocorreu quando foram produzidos os veículos blindados modelos Cascavel, Urutu e Jararaca, fabricados pela empresa Engenheiros Especializados S/A (Engesa), o sistema de artilharia de foguetes Astros II (em inglês, *artillery saturation rocket system*), fabricado pela Avibras Indústria Aeroespacial, e as aeronaves militares Tucano e Xingu, da Embraer, foram produzidos em volumes relativamente elevados para atender às Forças Armadas do Brasil e/ou de países como Iraque, Líbia, Reino Unido, França e Colômbia. Nessa pujante iniciativa em dar ênfase a um país mais desenvolvimentista, o Estado Brasileiro pôde exercer influência ainda no período de grandes anseios no campo militar. Em seguida, Moraes (2012) apresenta a influência brasileira na exportação de armas, em sua maioria de veículos blindados como Urutu e Cascavel da Empresa Engesa (51,0% do total), Aeronaves Tucano da Embraer (39,7%), equipamentos de Artilharia da Avibras (6,1% do total) e o restante de sensores e navios com uma composição menor em torno de 3,1% do total. Dentre os maiores clientes dessa época, nota-se o Iraque, como potência exportadora de petróleo e a Líbia. Ainda assim, Moraes (2012) assevera que a inserção externa da indústria bélica brasileira foi forte entre a segunda metade dos anos 1970 e o início dos anos 1990 quando comparada a de países que não eram potências militares como o Brasil até então. O mercado externo também foi essencial em terras brasileiras, pois houve a manutenção da viabilidade da indústria bélica, o que fora fundamental, assim como já ocorrera com Rússia, Alemanha França e Reino Unido. No período 1975-1992, o país assumiu cerca de 0,35% das exportações mundiais. Foi o auge das exportações bélicas brasileiras. Tem sido perceptível que a relação

²Nasceu numa família judia na Alemanha. Na década de 1930, foi professor na Suíça e na Espanha. Consolidou a visão realista de Relações Internacionais e que foi recuperada por Edward Hallett Carr.

³Historiador, jornalista e teórico das relações internacionais britânico. Foi um opositor ao empirismo na historiografia.

com outras nações exerceu uma influência decisiva na indústria de defesa nacional do país (Moraes, 2012). Enquanto isso, o mundo sofria transformações ousadas, mas com um forte apelo ao passado ideológico, com o predomínio de principalmente acordos multilaterais, devido à escassez de recursos e a notória preocupação em os preservar. Essa preocupação ultrapassava as fronteiras do ator estatal, como ocorreu nos acordos para o clima e a preservação do meio ambiente, por exemplo.

As Teorias de RI e a relação com os Estados: O Construtivismo surgiu, de forma mais enfática, após a Guerra Fria, abordando novos conceitos, em especial, atrelado ao racionalismo da época (Castro, 2016). Essas abordagens nortearam uma linha de ação ontológica, mais especificamente, no final da década de 80, atreladas a estudos em torno do agente-estrutura do Estado. O estudo da estrutura econômica e militar do sistema internacional moderno pode ser observado à luz de todo o contexto histórico das teorias de Relações Internacionais. Mesmo após a Guerra Fria, permaneceu a necessidade de um governo e uma sociedade forte, corroborando com as ideias realistas de Thomas Hobbes. O poder continuava como elemento central das RI, e sua regulação em âmbito global seria considerada impossível e utópica. Desta forma, cada Estado continuava buscando a injeção de seus interesses sobre os demais, característica principal do chamado estado da natureza de Hobbes. O poder do Estado é ilimitado, sendo legítimas todas as ferramentas que garantem seus objetivos, tais como, paz, segurança e bem-estar do povo (Hobbes, 2003). A luta pelo poder continua constante, ocorrendo uma maior ênfase na capacitação militar e imposição individual da soberania de cada Estado, porém a estabilidade entre as nações somente seria atingida com o equilíbrio de poder, que jamais poderia ser coordenado por organizações internacionais, visto a não existência de um poder supranacional. Sob outra ótica, o idealismo de Kant possuía sua crença na concepção de que a paz e a prosperidade – do contexto externo aos Estados – consolidar-se-iam por meio da democracia e do livre comércio. Por conseguinte, tais aspectos seriam capazes de promover a cooperação entre as nações, assim como a resolução de possíveis entraves entre estas, gerando um clima mundial amistoso. No entanto, a Guerra Fria acabou por transformar a natureza das Relações Internacionais como um todo, quebrando antigos paradigmas, como é o caso dessas cooperações internacionais consubstanciadas pela corrente idealista de Kant. O Direito Internacional teria papel fundamental na regulação da ordem e anulação da anarquia internacional, fomentando a paz entre os Estados (Saldanha & Andrade, 2008). Ao contrário do pensamento idealista, a Guerra Fria reforçou ainda mais a expressão individual do poder de cada Estado, retirou a Europa do centro político mundial e projetou a hegemonia dos Estados Unidos e da União Soviética no cenário internacional, estabelecendo diversos mecanismos de controle estatais sobre os países considerados em desenvolvimento, bem como a divisão da maioria dos conflitos em lado americano e lado soviético, como se pode constatar na Guerra do Vietnã e Guerra da Coreia. Pode-se afirmar, então, que, a partir dessa época, o cenário internacional passou a ser visto como uma espécie de campo de estratégia, onde as ações estatais deveriam ser friamente calculadas, em prol do cerco, isolamento ou, até mesmo, destruição de Estados rivais.

Poder econômico e militar Pós-guerra Fria: O contexto global Pós-Guerra Fria foi caracterizado por uma maior representatividade das economias capitalistas e diversas mudanças no cenário internacional. Após a queda do muro de Berlim (1989) e a dissolução da União Soviética (1991), a hegemonia militar internacional passou a ser exercida exclusivamente pelos Estados Unidos, que também possui 25% do produto e do comércio mundial (Almeida, 2001), enquanto a Europa tentava retomar os padrões de produção anteriores à guerra e participar mais ativamente do cenário global. A interdependência entre as economias capitalistas aumentou, porém ainda não era considerada uma abertura econômica geral. Havia, ainda, a persistência de mecanismos de controle militar e econômico por parte dos americanos e seus aliados, presos às amarras do realismo. Os Estados Unidos faziam as imposições que favorecia o seu poder no cenário internacional, como por exemplo na Guerra do Golfo (1990-

1991), onde os norte-americanos contribuíram com a maioria significativa dos esforços econômicos e militares que libertaram o Kuwait do poderio iraquiano (Mirza, 2018). A partir dos anos 2000, o cenário econômico internacional começou a ser alterado, refletindo o crescimento de algumas economias até então consideradas secundárias. Após superar um intervalo histórico de conflito socialista ao modo capitalista de produção, os países socialistas foram incorporados aos circuitos da economia internacional, tendo consequências significativas na divisão internacional do trabalho, com uma expansão da população economicamente ativa. O aumento da produção industrial se refletiria no aumento da participação da China nos fluxos de comércio internacional, à medida que passou a dirigir para o exterior a produção derivada dos investimentos estrangeiros, tornando-se a principal potência econômica capaz de rivalizar com os Estados Unidos (Eichengreen & Tong, 2006). Alguns outros países em desenvolvimento, tais como Coreia do Sul, Brasil, México e Tailândia, também passaram a figurar como entes emergentes no cenário da indústria mundial, desenvolvendo um sistema industrial capaz de fornecer mercadorias a baixo custo e adaptadas aos padrões mundiais, combinando suas produções aos circuitos das grandes corporações mundiais. O poderio militar também começou a sofrer algumas mudanças após as primeiras décadas do novo milênio, e outros países passaram a ser projetados como possíveis ameaçadores da liderança norte-americana no cenário internacional. Durante o período inicial dos anos 2000, os EUA mantiveram seu poder militar destoante do restante do globo, ao consolidar uma política voltada para investimentos militares, que ainda corresponderiam a 39% dos gastos de todo o mundo (Dearo, 2016). Com isso, foram capazes de impor fortes ações de resposta aos ataques de 11 de setembro de 2001, promovendo a Guerra do Iraque (2004) e interferindo na luta contra o terrorismo, apesar da inexistência de uma autorização expressa do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) para legitimar o uso da força militar em uma operação como a *Iraqi Freedom*⁴.

O poderio norte-americano viu, ao longo da última década, sua hegemonia ameaçada. Segundo o Instituto Internacional de Estudos Estratégicos (ISS), a China tem crescido exponencialmente em capacidade militar, tornando-se o segundo país com mais gastos em defesa. Desde o fim da década de 1990, a China passou a receber tecnologia russa para desenvolver seu potencial militar marítimo (Jonathan, 2018). Dentro do contexto de poder bélico internacional, a China se utiliza de estratégias contrárias aos ideais americanos, característica que molda seu surgimento como principal antagonista à supremacia estadunidense. A evolução dos poderes militares marítimo e aeronáutico da China causou um impacto na estrutura militar internacional, ao desenvolver novos caças de combate, mísseis de longo alcance, veículos aéreos não-tripulados e renovar a sua frota marítima. Ao contrário dos EUA, que sempre estipularam diversas restrições para exportação de sua tecnologia militar, os chineses têm exportado seus armamentos para diversos países do mundo, como Egito, Nigéria, Paquistão, Arábia Saudita, Emirados Árabes Unidos, Míamar, dentre outros. A exportação bélica chinesa molda um novo cenário mundial, onde talvez nunca ocorra um conflito direto entre EUA e China, mas certamente entre os armamentos produzidos e distribuídos por eles, estabelecendo conflitos com cada vez menos superioridade definida (Jonathan, 2018). A cultura e a história das nações influenciaram também a nova conjuntura das premissas afetas às Relações Internacionais, isto é, nortearam a forma como os países desenvolveram suas ações no sistema global moderno. Nesse cenário específico, novas estratégias de imposição de poder surgiram, destacando-se o *soft*, *hard* e *smartpower*. A primeira destas define-se quando um ator global consegue consubstanciar o comportamento

⁴Operação ou Guerra do Iraque (OIF): foi um conflito que começou no dia 20 de março de 2003 com a invasão do Iraque, por uma coalizão militar multinacional liderada pelos Estados Unidos, com ataques aéreos preventivos no Palácio Presidencial de Saddam Hussein e alvos militares, seguidos por aproximadamente 67.700 “boots on the ground” com 15.000 membros da Marinha em navios na região (Belasco). A OIF foi autorizada quando o Iraque foi encontrado violando a ONU. O Conselho de Segurança adotou a Resolução 1441 que “proíbe o armazenamento e a importação de armas de destruição em massa (ADM)”.

estatal de outras nações, por meio de conceitos ideológicos, como os valores e a cultura (Nye, 2009). O *hard power* trata-se de um perfil – para condução das RI entre os Estados – com um poder de coação diante de outros entes, que faz uso do potencial militar, político e econômico (Nye, 2009). Quando se junta ambos os conceitos abordados, tem-se o que se conhece como o *smartpower* (Nye, 2009). A assimetria de poder tem sido ratificada na medida em que se percebem alianças sendo formadas em torno de potências-centro de poder, que ditam a relação do mundo sobre o clima, a economia, a defesa e, principalmente, a política. O Pós-Guerra Fria, viu surgir o desaquecimento militar global e o surgimento de novas ferramentas de poder com posicionamentos culturais e ideológicos (*soft power*) e medidas de força (*hard power*), embora nunca tenha deixado de estar presente o método de imposição de força pelas armas. No contexto atual, podem ser considerados centros de poder os países que possuem características relevantes no globo em determinados aspectos, tais como, influência econômica, elevada capacidade militar e tecnológica, além da imposição e demonstração intencional de poder, características que reafirmam a teoria realista, onde o poder individual tem forte apelo decisivo entre dominantes e dominados.

No bojo dessa problemática estão as nações como o Brasil, que consolidam sua diplomacia em busca de alavancar seus interesses, ainda que possua menor expressão política e militar. Com uma economia pujante, o país tem aumentado sua visão estratégica nos assuntos ligados à defesa nacional como componente militar e ao agronegócio como uma das dez economias mais sólidas do mundo nessa vertente. Assim, sua postura tem amadurecido perante o mundo com relações bilaterais que em muito agregaram para sua posição protagonista perante o entorno estratégico da América Latina (Leitão *et al.*, 2021).

As capacidades do Brasil e sua influência nas Relações Internacionais: A independência nacional, a não-intervenção, a defesa da paz e a solução pacífica de conflitos são pontos norteadores das Relações Internacionais e do exercício da soberania do Brasil, o que está pautado na atual Constituição Federal. Essa Carta Magna prevê, ainda, a busca pela integração, por parte do Brasil, na América Latina, com vistas à formação de uma verdadeira comunidade latino-americana e a participação do Estado brasileiro em mecanismos internacionais, mantendo relações com Estados estrangeiros, assegurando, assim, a Defesa Nacional (Brasil, 1988). Em relação aos Poderes no Brasil, tem-se que o Poder Executivo exerce, efetivamente, a política externa do país, sendo que o Legislativo ficará a cargo da elaboração e aprovação de tratados internacionais. Os embaixadores são indicados pelo chefe do Executivo: o Presidente da República. Nesse cenário, emerge a Política Nacional de Defesa (PND), documento do mais alto nível estratégico brasileiro, o qual destaca a relevância do país no cenário internacional e que chama a atenção para as características do país e as demandas que este possui. Ademais, considerando a economia brasileira como uma das maiores do globo e em constante evolução, torna-se factível pensar que eventuais conflitos de interesses – entre o Brasil e demais agentes internacionais – possam vir a ocorrer. À luz desse contexto, a concepção da Estratégia Nacional de Defesa (END) define que a capacidade de dissuasão se configura como fator essencial para a Segurança Nacional, na medida em que tem como propósito desestimular possíveis agressões (Brasil, 2016). Não se pode negar, então, a inclinação brasileira para celebrar alianças, promover a paz, a segurança internacional e a neutralidade (em primeira instância, pelo menos) diante de situações de conflito entre outros Estados, conforme exposto na própria PND. No entanto, entende-se, também, que traços teóricos do Realismo Neoclássico de Carr (1946) e Morgenthau (1948) acabaram sendo absorvidos pela postura brasileira no contexto das Relações Internacionais.

Essa percepção justifica-se quando o Brasil, apesar de demonstrar tendências do Idealismo, não deixa de lado a política de defesa de seus interesses frente a possíveis ameaças. O país tem realizado, ainda, alianças no cenário internacional, com ênfase para sua participação no MERCOSUL e na UNASUL, principalmente por meio do comércio exterior em plano multilateral e na sua atuação

junto à Organização Mundial de Comércio (OMC). Nesse cenário, o país tem investido muito no agronegócio e vem aumentando sua capacidade industrial, principalmente, no que tange à exploração do pré-sal, na Amazônia Azul, que viabiliza parte fundamental da cadeia produtiva de combustível brasileiro. O fomento à indústria aeronáutica nacional também tem sido relevante na política externa brasileira, considerando as alianças comerciais que podem ser desfrutadas pelo país na Ásia, África, Caribe e Leste Europeu. Ademais, destaca-se a atuação do Brasil em diversos países pelo mundo por meio de suas Embaixadas. Com relação à Base Industrial de Defesa Brasileira (BID), entre 1993-2010, Moraes (2012) afirma que houve um aumento de clientes na América Latina, representando 59,1% do total das transferências, ao contrário do período 1975-1992, quando a região absorveu apenas 23,4%. O autor ainda destaca que as empresas brasileiras tiveram relevantes produções de equipamentos bélicos e demonstra que, até hoje, algumas delas buscaram se consolidar no mercado internacional.

O Brasil tem tido uma relevância assídua no comércio de aeronaves, liderados por empresas de grande envergadura estratégica como a EMBRAER, a qual tem produzido jatos executivos, além de desenvolver aeronaves multimissão de transporte de carga e pessoal (KC-390) e ter elevados índices de exportação com a aeronave de caça leve, Super Tucano (A-29). Além disso, há um incentivo ao desenvolvimento do Programa Submarino Nuclear (PROSUB) com a Marinha do Brasil (MB) atuando do primeiro submarino brasileiro com propulsão nuclear (BRASIL, 2022b). No ano de 2018, a Força Aérea Brasileira (FAB) trouxe como visão estratégica ser “uma força aérea de grande capacidade dissuasória, operacionalmente moderna e atuando de forma integrada” (BRASIL, 2018, p. 20). Pouco tempo depois, em março de 2022, já foi possível perceber os reflexos dessa diretriz com a chegada da aeronave F-39 Gripen NG para o rol de capacidades do Poder Aeroespacial, permitindo ao Brasil dar um passo vantajoso para consolidar seus objetivos nacionais. O Exército Brasileiro (EB) vem atuando com meios que permitem um progresso considerável na busca de alcançar um poder terrestre mais efetivo. O desenvolvimento do AV-TM 300 (Missil Tático de Cruzeiro) ou MTC-300, que está em desenvolvimento pela Avibras para ser incorporado ao sistema de artilharia Astros 2020 (Brasil, 2021a), produzirá um efeito dissuasório mais alinhado à Estratégia Nacional de Defesa. Outro exemplo para colocar o Brasil cada vez mais como potência extra regional é a Resolução CONSUG-MD N° 9, de 16 de junho de 2021, que estabeleceu o EB como Força Líder na condução do processo de obtenção do Sistema de Artilharia Antiaérea de Média Altura/Médio Alcance (Brasil, 2021b). Tal iniciativa propiciará um maior engajamento das Forças Armadas, atuando de forma conjunta, para garantir uma defesa aeroespacial mais efetiva, podendo esboçar estratégias dissuasórias convencionais com emprego de antiacesso e negação de área (A2/AD), aos moldes do que vem ocorrendo desde os anos 2000 com países como China, Rússia e Irã. Recentemente, a FAB também assinou contrato referente à aquisição de duas aeronaves modelo A330-200 (programas KC-X/KC-30), com o objetivo de suprir as carências operacionais do Brasil em ações estratégicas, como Reabastecimento em Voo, Transporte Aéreo Logístico e Ajuda Humanitária (Brasil, 2022a). A aeronave foi recebida em 26 de julho de 2022 no pátio operacional da Base Aérea do Galeão pelo Comando da Aeronáutica e passará a ser um acréscimo operacional de grande vulto nas múltiplas missões que a FAB realizará através do Esquadrão Corsário (2º/2º GT). Ainda, de forma bastante ousada, a própria FAB vem em busca de fortalecer o Programa Estratégico de Sistemas Espaciais (PESE) brasileiro, o qual provê a estrutura espacial para as Operações das três Forças Armadas. Estrategicamente, essas capacidades oferecem ao país uma maior visibilidade no cenário internacional e pode, eventualmente, negociar seus interesses sem temer por sua soberania. Isso faz com que o país mantenha seus interesses, principalmente com setores de economia e defesa pujantes e de alta visibilidade perante os atores externos. Alguns programas brasileiros são responsáveis, sobretudo pela aquisição de Produtos Estratégicos de Defesa (PED) em franca exploração, requisitados no comércio de indústria bélica externa, como ocorreu com a aquisição das recém-chegadas aeronaves de caça Gripen NG (Projeto F-X2), sobretudo pela transferência de tecnologia

embarcada, mas também produzidos por parcerias público-privadas do Estado Brasileiro e Empresas da BID. Por tais características, percebe-se que o país tem adotado uma postura focada em política de alianças, mas que não desiste de continuar focado em exercer influência na América do Sul. Com sua geografia de múltiplas características, uma sólida economia e uma forte política diplomática, aponta para um futuro mais promissor, consolidando sua democracia e a busca de estabelecer sua posição como *player* internacional no exercício de sua soberania. Assim, o Brasil vislumbra projetar-se como potência, a fim de continuar com sua postura de neutralidade diante de contendas que possam existir no cenário internacional.

DISCUSSÃO

O presente trabalho buscou analisar o posicionamento dos Estados em relação aos seus interesses com outros atores no curso da história desde os primeiros conflitos. Sobretudo, buscou-se analisar de que forma as Teorias das Relações Internacionais, sob o contexto de cada época, influenciaram para que a assimetria de poder fosse evidenciada. Mais ainda, como o Brasil, em pleno desenvolvimento de suas capacidades pode estar posicionado como potência em seu entorno estratégico. Buscou-se, ainda, verificar, em função da projeção de poder econômico e militar, como as nações adotaram modelos de imposição de vontades para assimilar, em cada época, o que seria ou não adequado à visão que teriam para avançar desenfreadamente na conquista de seus objetivos. Essa constatação, tem sido a veia principal desde a Guerra do Peloponeso (431 a.C. a 404 a.C.) entre Atenas e Esparta, como um registro reconhecido de que a projeção de poder foi algo buscado e influenciado pelas potências. Essa guerra corroborou a ideia de que o embate entre civilizações é tão antigo quanto às sociedades de Atenas e Esparta do Período Clássico grego. Naquela época, o ordenamento internacional já se baseava em disputas pelo poder, que, por sua vez, poderia ser conquistado por diferentes meios, sendo, dois de seus principais exemplos, as componentes econômico-financeira e militar. O Sistema Internacional, estruturado de acordo com certas regras e padrões de interações entre os estados, sob a ótica do poder econômico, fortaleceu assimetricamente aqueles que detinham a propriedade da força. Com Tucídides foi perceptível que o crescimento de um país no campo econômico e militar causa insegurança aos seus vizinhos. Daí percebe-se um choque de realidades e interesses ao se deparar com o crescente poder de uma força em ascensão.

Soberanias múltiplas não foram bem recebidas no cenário internacional. O Balanço de Poder sugeriu, em suas nuances, que a isonomia econômica e militar não propiciaria a almejada paz. A política internacional traz consigo a ambição dos mais poderosos. A cooperação e neutralidade imaginada por Melos no Diálogo de Meliano foi sucumbida por uma Atenas forte e perspicaz para atingir interesses. Passando pelo Império Romano e, posteriormente, pelo domínio da Igreja Católica na Idade Média, a análise se encaminha, então, sob a Paz de Westfália, após o fim da Guerra dos 30 anos, em 1648, que culminou com o surgimento do SI moderno com dois princípios basilares: cada país é, inequivocamente, soberano dentro de sua jurisdição territorial; e, assim, não deve haver intervenção nos assuntos domésticos alheios. O protagonismo do Realismo Clássico tornou evidente que a força dos Estados ou o receio do enfrentamento dariam um tom maior de “ordem na casa”. Clausewitz observou conceitos estratégicos consagrados de guerra e tratou da política em seu mais alto grau de ambição. Hobbes apontou a necessidade de um “Leviatã”, que exercesse seu papel de mediador perante os anseios dos atores estatais e produzisse a sensação de segurança e a não carnificina de “todos contra todos”. A anarquia no sistema internacional, consolidada após os acordos da Paz de Westfália, vislumbrou a possibilidade de um notório colapso no final do Século XIX e começo do século XX. A Segunda Guerra Mundial, como extensão da não resolução dos entraves políticos originários da Primeira Guerra foi exemplo das falhas da diplomacia internacional à época.

O Estado ressurgiu como o principal ator das relações internacionais, subjugando o fracasso da Liga das Nações, como organismo supranacional para a resolução de conflitos. Trata-se, portanto, como um marco histórico e evolutivo das Relações Internacionais a ascensão dos EUA e da URSS como duas superpotências no período entre e após as guerras mundiais, além da destruição da Europa no mesmo espaço de tempo. Impulsionou-se, mais uma vez, o instrumento militar do Estado como a última arma na resolução dos conflitos entre as nações, sendo a força econômico-financeira de um país a principal fonte de crescimento para a componente militar do poder exercido em âmbito internacional. A mentalidade de manutenção e imposição do poder foi crucial para o domínio norte-americano e extinção da competição direta com a então União Soviética. Apesar da existência de iniciativas idealistas, baseadas em teorias Kantianas, os Estados Unidos passaram a exercer o papel de maior potência econômica e militar do globo, atuando como protagonista em diversos conflitos. As últimas décadas trouxeram à tona o crescimento exponencial da economia e tecnologia chinesas, tornando-se o único país capaz de se opor aos norte-americanos, principalmente por sua capacidade de expansão do comércio e exportação de materiais bélicos. As influências econômicas e militares passaram a ser encaradas dentro do contexto de *soft* e *hard power*, o que tornou a assimetria de poder cada vez mais complexa e minuciosa dentro do domínio internacional. Na análise do panorama brasileiro enquanto Estado, percebeu-se que o ordenamento jurídico em vigor traz balizas importantes de que o país se rege, nas suas relações internacionais, por princípios de independência nacional como a não-intervenção em assuntos externos, e que defende a paz e a solução pacífica de conflitos. Ainda, a República Federativa do Brasil busca interagir de maneira harmoniosa nos campos econômico, político, social e cultural para promover o crescimento da América Latina como comunidade.

Nesse contexto, é perceptível o caráter de neutralidade e diplomacia na personalidade jurídica brasileira, entretanto, ainda que revele aspectos de concordância em uma relação de paz com outros estados, mantém olhos fixos em seus interesses, especialmente na estratégia de ter domínio em suas relações na América Latina. Além disso, seus projetos estratégicos apontam para um futuro promissor na indústria de defesa. A expertise alcançada na produção da aeronave A-29 Super Tucano e KC-390 abriu portas para que a BID seja fortalecida em sintonia com os interesses nacionais, que almeja fortalecer seus projetos estratégicos. Ficou evidente, sobretudo, que as Forças Armadas possuem sólidos projetos estratégicos, a fim de tornar o país com forte capacidade dissuasória e com traços eminentemente realistas, sendo os principais: o recém incorporado Projeto FX-2 recém contemplado com a chegada do F-39 (Gripen NG) e o Programa Estratégico de Sistemas Espaciais (PESE), ambos liderados pela Força Aérea Brasileira (FAB), o AV-MTC (Míssil de Cruzeiro) na Plataforma Astros 2020 e a aquisição do Sistema de Artilharia Antiaérea de Média Altura/Médio Alcance, ambos liderados pelo Exército Brasileiro (EB) e o Programa Submarino Nuclear (PROSUB) liderado pela Marinha do Brasil (MB). Todos são projetos capazes de colocar o *case* brasileiro em uma projeção de poder sem precedentes e que poderá acentuar características realistas na política de poder das RI, podendo alcançar um vantajoso espaço diante da assimetria existente no Sistema Internacional.

CONCLUSÃO

A busca de poder e consolidação de interesses têm reforçado a agenda política dos atores estatais. A utilização de uma base epistemológica consolidada das Relações Internacionais colabora para que a sociedade compreenda a ótica apresentada desde os primórdios na resolução de conflitos e na imposição de vontade, desde um cordial debate de agendas sobre o clima até os sangrentos campos de batalha. O presente trabalho analisou e concluiu que o fortalecimento de poder político, econômico e militar passa por similitudes no campo das Relações Internacionais desde a Guerra do Peloponeso, passando pelo protagonismo dos Romanos e chegando à configuração primária do Sistema Internacional. Desde a Paz de Westfália, marco teórico para o

estudo acadêmico no campo das RI, é perceptível que os países nem sempre souberam lidar com a assimetria de poder que impõe certa desvantagem aos que se colocam despreparados no exercício de sua soberania. Enquanto os anos foram sucedidos por inúmeros embates entre diferentes atores na história, seja com o Realismo e suas correntes ou mesmo com o Idealismo, as relações têm em si nuances que vão ao encontro dos interesses de consolidar agendas estratégicas para manter um determinado *status quo*. O ambiente multipolarizado de potências em ascensão é produzido não por acaso, mas em consistência com soluções mais amenas (*soft power*) ou pela imposição de uma força dissuasória capaz de atingir objetivos militares (*hard power*), que estendem seu alcance e comprometem a cadeia global em torno de seus objetivos, como ocorre no atual posicionamento por vezes antagônico entre China e Estados Unidos. O Século XXI traz importantes desafios, mas continua evidente a disparidade de alcance nos objetivos nacionais nos domínios econômicos e militares. O Brasil tem ocupado um papel relevante na economia global e aponta para um parque industrial em desenvolvimento, atento aos projetos estratégicos liderados por suas Forças Armadas. É nessa toada que, apesar de sua natureza de não intervenção, avança sua agenda diplomática com outras nações. Assim, adotar uma política externa pautada em sua soberania, com a precisa racionalidade para atingir os objetivos nacionais é uma premente necessidade para, de fato, continuar soberano e longe das pressões internacionais. Associado à sua extensão territorial e sua capacidade econômica e militar, o Brasil tem ocupado certo protagonismo em seu entorno estratégico. Ciente dos desafios futuros, o país tem buscado estabelecer alianças e avança sua agenda exportadora como potência do agronegócio mundial. Projeta, sobretudo, suas Forças Armadas para as incertezas globais, com a busca de um parque industrial melhor consolidado e que atenda às demandas estratégicas dos projetos de defesa. Assim, entendeu-se com esse estudo, que o reconhecimento mútuo do poder soberano pode até ocorrer na teoria, mas na prática, a projeção de poder econômico e militar continua sendo bastante assimétrica. O Brasil, por sua vez, está atento à política global com sua postura de neutralidade em relação aos embates do mundo moderno, sem abrir mão de uma soberania cada vez mais atenta no Sistema Internacional. Finalmente, o estudo em tela traz subsídios para estudos futuros no campo das RI para analisar a conduta das nações e os impactos políticos e econômicos na relação com outros estados. Para pesquisas futuras, faz-se mister buscar uma investigação de novos modelos de relações entre países, analisando a assimetria de poder à luz das Teorias das Relações Internacionais.

REFERÊNCIAS

Almeida, P. R. 2001. A economia internacional no século XX: um ensaio de síntese. *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 44, n. 1, p. 112–136, jun. 2001.

AVIBRAS 2021. *AV-MTC*. Disponível em: <https://www.avibras.com.br/site/areas-de-atuacao/defesa/misseis-e-foguetes/av-mtc.html>. Acesso em: 12 jun. 2022.

Beaufre, A. 2016. *Introduction to strategy*. [S.l.]: BIBLIEX COOPERATIVA, 2016. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=NfHamwEACAAJ>.

Bobbio, N. 2007. Estado, Governo e Sociedade. Para uma teoria geral da política. *Editora Paz e Terra*. 2007. São Paulo, SP

Brasil 1988. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília: Centro Gráfico, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 01/06/2022.

Brasil 2016. Ministério da Defesa. Política Nacional de Defesa. Estratégia Nacional de Defesa [S.l.]: Brasília, DF. Disponível em: https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/copy_of_estado-e-defesa/pnd_end_congresso_.pdf. EM interministerial. Acesso em: 01/06/2022.

Brasil 2021a. Exército Brasileiro. Míssil Tático de Cruzeiro AV-TM 300. Disponível em: <http://www.ctex.eb.mil.br/projetos-em-andamento/78-missil-tatico-de-cruzeiro-av-tm-300>. Acesso em: 11 jun. 2022.

Brasil 2021b. Ministério da Defesa. *Resolução CONSUG-MD N° 9, DE Aprova a designação do Exército Brasileiro como Força Líder na condução do processo de obtenção do Sistema de Artilharia Antiaérea de Média Altura/Médio Alcance*. Disponível em: https://www.gov.br/defesa/pt-br/composicao/conselho-superior-de-governanca-do-ministerio-da-defesa/ResolucaoN9CONSUG_MDde16Junhode2021.pdf. Acesso em: 11 jun. 2022.

Brasil (2022a). Comando da Aeronáutica. *Militares da FAB iniciam curso para operar o novo vetor KC-30*. Disponível em: <https://www.fab.mil.br/noticias/mostra/39239/OPERACIONALIDADE%20-%20Militares%20da%20FAB%20iniciam%20curso%20para%20operar%20o%20novo%20vetor%20KC-30>.

Brasil (2022b). Marinha do Brasil. PROSUB. Disponível em: <https://www.marinha.mil.br/programas-estrategicos/prosub>. Acesso em: 11 jun. 2022.

Carr, E. H. 1981. *The twenty years crisis 1919-1939*. Londres: Macmillan Press, 1981.

Castro, Thalles 2016. Teoria das Relações Internacionais. *Fundação Alexandre de Gusmão*. Brasília, 2016. Disponível em: http://funag.gov.br/loja/download/1152-Teoria_das_Relacoes_Internacionais-novo.pdf. Acesso: 01 jun. 2022.

Clausewitz, Carl Von 2017. *Da Guerra*. Editora: WMF Martins Fontes; 3a edição 1 janeiro 2010. São Paulo-SP.

Dearo, Guilherme 2016. Os 20 países com os maiores gastos militares do mundo. *Revista Exame*, set. 2016. Disponível em: <https://exame.com/mundo/os-20-paises-com-os-maiores-gastos-militares-do-mundo/>. Acesso em: 01/06/2022.

Eichengreen, B.; TONG, H 2006. How China is Reorganizing the World Economy. *Asian Economic Policy Review*, v. 1, n. 1, p. 73–97, jun. 2006.

Goldstein & Pevehouse (2014). *International Relations*. Harlow: Pearson Education Limited, 2014.

Hobbes, Thomas 2003. *Leviatã*. Tradução de João Paulo Monteiro e Maria Beatriz Nizza da Silva. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

Jonathan, Marcus (2018). Como a China se tornou uma potência militar global. *BBC News Brasil*, 2018. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-43101604>. Acesso em: 01/06/2022.

Kritsch, Raquel 2002. *Soberania: a construção de um conceito*. São Paulo: Humanitas FFLCH/USP, 2002.

Leitão, R.; Rosales, O.; Machado, F.; Corrêa, J.V.; Dias, M., Costa, D. 2021 A relação França-Brasil e o agronegócio. *IJDR*, 11(9), 50521-31; doi10.37118/ijdr.22854.09.2021

Mirza, M. N. 2018. Enduring Legacy of Realism and the US Foreign Policy: Dynamics of Prudence, National Interest and Balance of Power 2018. *Orient Research Journal of Social Sciences*, v. 03, p. 163–176, 2018.

Moraes, R. F. 2012. A inserção externa da Indústria Brasileira de Defesa: 1975-2010. *Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada*, 2012.

Morgenthau, H. 2003. *A Política entre as nações: a luta pelo poder e pela paz*. Brasília: EdUnb/ Ipri, 2003.

Nye, Joseph 2009. *Soft Power: The Means to Success in World Politics*. São Paulo: Public affairs, 2009.

Saldanha, Eduardo; Andrade, Melanie M. D. 2008. *Immanuel Kant. Idealismo e a Carta da ONU*. Curitiba: Juruá, 2008. Disponível em: https://www.jurua.com.br/shop_item.asp?id=20613. Acesso: 01/06/2022.

Sarfati, G. (2011). *Teorias de Relações Internacionais*. 4. tir. São Paulo: Saraiva, 2011.

Sotoriva, L.M., Marques, R.B., Leitão, R. de A., Dias, M., de Araújo, W. S., & Machado, F. D. 2021. *Desenvolvimento da Estratégia de Defesa Aeroespacial nos Estados Unidos e na Rússia: Da Guerra Fria à atualidade*. *International Journal of Development Research*.